

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**PAL nº. 035/2017**

**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada para prestar serviço de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento e substituição de peças, componentes e acessórios por outros novos e originais, *sem ônus* adicional para o Contratante, em aparelhos de ar condicionado que compõem o sistema de climatização do prédio da sede do Conselho Regional de Enfermagem do Mato Grosso do Sul – Coren/MS e da sua unidade jurisdicionada em Dourados/MS, de acordo com as especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

**2. DA JUSTIFICATIVA**

2.1. Foi verificado que alguns equipamentos não estão funcionando e precisa de manutenção imediata. Na Subseção em Dourados não tem contrato vigente e na Sede existiam dois contratos vigentes de 6 (seis) meses, no entanto, uma empresa não se interessou na prorrogação contratual e o outro contrato vence em maio/2018, assim faz necessária a contratação dos serviços em todos os equipamentos pelo período de 12 (doze) meses, cujo objetivo, tem por finalidade ações técnicas corretivas e preventivas para garantir melhor desempenho e durabilidade dos equipamentos.

2.2. O serviço de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos condicionadores de ar do Coren/MS traduz-se em uma necessidade continuada para o bom funcionamento desta Autarquia, sendo necessário à Administração para o desempenho de suas atribuições, uma vez que garantem ambientes com condições adequadas de trabalho quanto ao conforto térmico, umidade e qualidade de ar, eliminando fatores contaminantes e ruídos, bem como garantindo maior durabilidade dos equipamentos de climatização.

2.3. Ainda, a garantia de qualidade do ar, com a redução da proliferação de vírus, bactérias, fungos e mofo, previne o aparecimento de problemas de saúde nas pessoas, bem como contribui para a conservação de pinturas, papéis, carpetes, móveis e equipamentos.

**3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E MODALIDADE**

3.1. A presente contratação tem fundamentação na Lei Federal n. 8.666/93, e suas alterações posteriores, Decreto n. 3.555/2000, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 8.538/2015 e subsidiariamente ao Código Civil e o Código de Processo Civil, e demais normas pertinentes à espécie.

3.2. O objeto a ser licitado enquadra-se na categoria de serviços comuns, de que trata a Lei nº 10.520, de 2002 e o Dec. nº 5.450, de 2005, por possuírem padrões de desempenho e

características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, recomenda-se que seja utilizada a modalidade pregão, na sua forma eletrônica, pelo critério do menor preço.

3.3. Caso o valor do objeto não ultrapasse os 10% do limite previsto na alínea “a” do artigo 23, inc. II da Lei nº. 8.666/93 poderá ser solicitado à dispensa de licitação com fulcros no art. 24, inciso II, desde que preenchidos os requisitos do art. 26 e observado o disposto no art. 89 do mesmo diploma legal.

#### 4. ESTIMATIVA DE CUSTOS

4.1. O valor total estimado para a contratação do (s) objeto (s) especificado(s) será verificado através de pesquisa de preço por empresas especializadas.

4.2. Nos valores deverão estar inclusos o fornecimento da mão-de-obra, materiais, peças, ferramentas, equipamentos, utensílios e demais atividades correlatas necessárias para a perfeita execução do objeto solicitado, além dos tributos, todos e quaisquer encargos que, direta ou indiretamente, decorram da execução do objeto licitado.

#### 5. PROPOSTA

5.1. O proponente deverá apresentar proposta de preços conforme anexo I do Termo de Referência. Os preços deverão ser expressos em Reais e conter todos os tributos e encargos decorrentes da prestação dos serviços relativos a esta contratação.

#### 6. ADJUDICAÇÃO

6.1. O julgamento das propostas de preços será pelo critério do TIPO MENOR PREÇO, sendo declarada vencedora a Licitante que apresentar o Menor Valor Total por Item e que atender a todos os requisitos e exigências do instrumento convocatório.

#### 7. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. Os recursos orçamentários necessários ao atendimento do objeto deste Termo de Referência correrão pelo elemento de despesa nº 6.2.2.1.1.33.90.39.002.016 – Manutenção e conservação de bens móveis, orçamento do Coren/MS no exercício de 2018, e serão alocados pelo Departamento Financeiro deste Conselho.

#### 8. VISITA E VISTORIA

8.1. É recomendado que a licitante realize a vistoria no local onde serão executados os serviços para tomar conhecimento de todas as informações e das condições de execução, de

modo a não correr o risco de subestimar sua proposta, no entanto a vistoria prévia é facultativa.

8.2. As empresas interessadas em participar do certame deverão agendar visita com antecedência mínima de 1 (um) dia útil; as visitas poderão ocorrer até 2 (dois) dias úteis antes da data prevista para a abertura das propostas, conforme segue:

a. Contatos:

**Sede:** Sr. Francisco – Serviços Gerais, Tel. (067) 3323-3116;

Horário: segunda a sexta-feira das 09:00 hs às 12:00 hs e das 13:00 hs às 15:30 hs.

Endereço da Sede do Coren/MS – Rua Dom Aquino, 1354, Centro, Conjunto Edifício Nacional, Sobreloja, Campo Grande/MS.

**Subseção:** Alessandra – Coordenadora da Subseção, Tel (067) 3421-8951;

Horário: segunda a sexta-feira das 09:00 hs às 12:00 hs e das 13:00 hs às 15:30 hs.

Endereço da Subseção do Coren/MS – Rua Ciro Melo, 1374, Jardim Central, Dourados/MS.

8.3. O fato da empresa não realizar a vistoria não será motivo para não assumir todas as obrigações pertinentes aos serviços licitados.

8.4. Caso a licitante realize **vistoria no local** da execução do serviço receberá o **Termo de Vistoria (ANEXO IV)**, visada pelo servidor responsável em apresentar os serviços, comprovando que tem ciência das condições nas quais se encontra o local onde serão realizados os serviços, inteirando-se das peculiaridades relativas às instalações.

13.5. No caso de renúncia da vistoria, o interessado deverá apresentar a **Declaração de Renúncia da Vistoria (ANEXO V)**, não podendo alegar, posteriormente, desconhecimento de qualquer detalhe, incompreensão, dúvida ou esquecimento que possam provocar empecilho ou gerar atrasos na execução do serviço objeto deste certame, arcando a CONTRATADA com quaisquer ônus decorrentes desses fatos.

8.5.1. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de instalação e execução dos serviços licitados (TCU, Acordão nº 149/2013 – Plenário. Min Rel. José Jorge).

8.6. O Termo de Vistoria ou a Declaração de Renúncia de Vistoria, conforme o caso fará parte da habilitação da participante, sendo a apresentação na Fase de Habilitação de um deles obrigatório.

## 9. DOS SERVIÇOS

9.1. Os serviços deverão se constituir em manutenção preventiva e corretiva, a serem realizados em todos os equipamentos que integram o sistema de climatização do Coren/MS. Tais serviços deverão ser efetuados de acordo com os manuais e normas técnicas específicas dos fabricantes, obedecendo ainda, a Portaria nº 3.523/98 do Ministério da Saúde, a fim de

manter os aparelhos em perfeitas condições de uso, garantindo a adequada refrigeração, e a prevenção de riscos à saúde das pessoas;

9.2. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser prestados por técnicos devidamente habilitados e credenciados pela Contratada durante o período de vigência do contrato e sem quaisquer ônus adicionais;

9.3. Será de responsabilidade da Contratada o fornecimento dos equipamentos, ferramentas peças, componentes e acessórios por outros novos e originais necessários à efetivação das manutenções;

9.4. Correrá por conta exclusiva da Contratada, a responsabilidade pelo deslocamento de seus técnicos ao local de manutenção, pela retirada e entrega dos equipamentos e todas as despesas de transporte, frete e seguro correspondentes;

9.5. Correrá por conta exclusiva da Contratada, a responsabilidade por eventuais trocas de fiações elétricas, disjuntores elétricos, tomadas e ou materiais de instalações dos ares-condicionados.

9.6. Os ares-condicionados que não estejam em funcionamento deverão ser consertados, sendo de responsabilidade da contratada a troca e ou reposição de peças.

9.7. Entre outros serviços entende-se por manutenção o serviço de limpeza e lubrificação do equipamento e tubulações, regulagem das conexões e parafusos, correção de vazamentos através de solda, apropriada, nas tubulações, e /ou reaperto das conexões, recarga de gás, etc.

## 10. DA MANUTENÇÃO

10.1. A manutenção preventiva tem por objetivo todas e quaisquer ações técnicas necessárias à garantia de um melhor desempenho e durabilidade dos equipamentos, consistindo em: limpeza e conservação dos filtros de ar, limpeza de evaporadores e condensadores, observação de conexões e reapertos, testes de comandos de operação, verificação da operação do motor, ventilador e pás, verificação do funcionamento dos componentes de bombas e torres, medição de temperaturas de retorno, insuflamento, medição de corrente e tensão, medição de pressão de trabalho e de baixa, medição de temperatura de evaporação, medição de pressão de alta e de pressão de descida, limpeza e conservação dos dutos, dentre outros, aparelhos que não estejam em funcionamento deverão ser arrumados, sem ônus de peças para o Coren/MS.

10.1.1. A manutenção preventiva deverá ser realizada em dias úteis, de 2ª a 6ª feira, no horário compreendido entre 08:00hs e 17:00hs, conforme cronograma a ser apresentado pela Contratada até o décimo dia útil após a assinatura do contrato e aprovado pelo Contratante. Excepcionalmente a manutenção preventiva poderá ser realizada aos sábados quando não houver possibilidade do equipamento ser desligado durante a semana.

10.2. Manutenção corretiva: série de procedimentos destinados a recolocar os equipamentos em seu perfeito estado de uso, compreendendo, inclusive, substituições de componentes,

ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para os equipamentos.

10.2.1. Os serviços de manutenção corretiva serão realizados sempre que houver chamada por parte do Coren, ou forem detectados problemas pelo Técnico da Contratada quando da realização das manutenções preventivas, e deverão atender às seguintes condições:

10.2.2 O início do atendimento não poderá ultrapassar o prazo de 24 (vinte quatro) horas, após a solicitação do gestor do contrato;

- a) Entende-se por início de atendimento, a hora de chegada do técnico às instalações do Contratante;
- b) Entende-se por término do reparo do equipamento, a sua disponibilidade para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado, estando condicionado à aprovação do gestor do contrato;
- c) Caso os serviços de manutenção corretiva não possam ser executados nas dependências do Contratante, os equipamentos poderão ser removidos para o centro de atendimento da Contratada, mediante justificativa devidamente aceita pelo Fiscal/Gestor de Contrato, o qual autorizará a saída dos equipamentos.

## 11. DA REPOSIÇÃO DE PEÇAS

11.1. Quando se fizer necessário à troca das peças (ex.: chave seletora, capacitor de partida, turbina, hélice do motor, material de isolamento, disjuntores, tomadas, etc.) estas serão fornecidas pela Contratada.

11.1.1. As peças e componentes fornecidos deverão ser originais de 1ª linha e/ou genuínas;

a) São consideradas peças e componentes “originais de 1ª linha” aquelas produzidas por fabricante de reconhecimento nacional e comercializadas por distribuidores do ramo;

b) São considerados peças e componentes “genuínos” aqueles produzidos para a linha de produção do fabricante da linha do ar condicionado, comercializada pela assistência técnica.

c) Não estão inclusos como troca de peças: o compressor e motor do ventilador do evaporador/condensador de ar-condicionado.

## 12. DOS APARELHOS

12.1. Descrição dos aparelhos que necessitam de manutenção preventiva e corretiva:

<b>EQUIPAMENTOS DA SEDE EM CAMPO GRANDE/MS</b>				
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>DATA AQUISIÇÃO</b>	<b>Localização no Coren</b>	<b>UNID.</b>	<b>QTDE</b>



# Coren<sup>MS</sup>

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul

**Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul**

Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

Condicionador de Ar Split – Springer Carrier 9.000 BTUS	03/05/2011	Sobreloja	Uni.	1
Condicionador de ar Air Master Consul 10.000 BTU (janela)	01/01/2000	2º andar	Unid.	1
Condicionador de ar Springer Silentia 12.000 BTU (janela)	30/06/2005	Sobreloja	Unid.	1
Condicionador de Ar Hi-Wall Carrier 12.000 BTU 220 V (janela)	16/06/2009	2º andar	Unid.	1
Ar condicionado Elgin Split 36.000 BTU	29/02/2008	Sobreloja	Unid.	6
Ar condicionado Split - Elgin 24.000 BTU	21/07/2009	Sobreloja	Unid.	1
Condicionador de Ar Split - Midea 30.000 BTU	02/06/2010	2º andar	Unid.	1
Condicionador de Ar Split - Carrier 12.000 BTU	10/06/2010	2º andar	Unid.	1
Condicionador de Ar Split - Carrier 9.000 BTU	03/05/2011	2º andar	Unid.	1
<b>EQUIPAMENTOS DA SUBSEÇÃO EM DOURADOS/MS</b>				
Ar condicionado marca LG, Split, 12.000 BTUS, 220v	***	Subseção – térreo	Uni	1
Ar condicionado marca LG, Split, 12.000 BTUS, 220v	***	Subseção – térreo	Uni	1
Ar condicionado mar LG Split, 9.000 BTUS, 220v	***	Subseção - térreo	Uni.	1

12.2. Os equipamentos de ar condicionado que precisam de manutenções e estão localizadas na sobreloja e 2º andar da Sede do Coren/MS estão no seguinte endereço:

a) Rua Dom Aquino, 1354, sobreloja e 2º andar, centro, Campo Grande/MS.

12.3. Os equipamentos de ar condicionado que precisam de manutenções e estão localizadas na Subseção do Coren/MS estão no seguinte endereço:

a) Rua Ciro Melo, 1374, Jardim Central, Dourados/MS.

### 13. DO REGIME DE EXECUÇÃO

13.1. O prazo máximo para início da execução dos serviços é de 03 (três) dias úteis e o prazo para entrega do objeto a ser executado é conforme especificado no Item 16, após a assinatura do Contrato e/ou do recebimento da nota de empenho.

#### 14. DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

14.1. O objeto contratado será recebido por servidor especialmente designado pela Contratante para esse fim, de acordo com o inciso II do artigo 73 da Lei 8.666/1993, da seguinte forma:

14.1.1. Provisoriamente, imediatamente após a entrega total do serviço, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações do Termo de Referência;

14.1.2. Definitivamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório sendo expedido termo de recebimento definitivo, após a verificação da qualidade e requisitos do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e conseqüente aceitação das notas fiscais pelo Fiscal do Contrato, devendo haver rejeição no caso de desconformidade;

14.2. A Contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Termo de Referência em que se verifiquem defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos próprios produtos fornecidos, no prazo máximo de 24 horas, ficando, neste caso, o pagamento suspenso até a correção dos serviços.

14.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional, pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos pela Lei ou pelo Contrato (§ 2º do artigo 73 da Lei nº 8.666/1993);

14.4. Se o servidor responsável pela vistoria para recebimento definitivo apontar quaisquer pendências, não será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo enquanto tais pendências não forem totalmente eliminadas.

#### 15. DA GARANTIA

15.1. Para o serviço executado o prazo de garantia por peça e prestação do (s) serviço (s) será de acordo com a vigência contratual.

15.2. O prazo para reparação de mau funcionamento e troca (s) de peças (s), oriundos dos procedimentos de manutenção corretiva, instalação, desinstalação e conserto, dentro do período de garantia, será de 2 (dois) dias úteis, no máximo, e será contado a partir da notificação do defeito, à empresa Contratada.

#### 16. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Item	Especificação dos Serviços	D	S	Q	M	B	T	ST	A
1	Verificar existência de ruídos e vibrações anormais				X				
2	Lavar serpentina eliminar sujeira e corrosão nas molduras						X		
3	Verificar estado e alinhamento da(s) correia(s) do(s) ventilador (es)				X				
4	Lubrificar mancais e rolamentos						X		
5	Verificar acoplamento(s) se existir (em)				X				
6	Efetuar limpeza do(s) roto (es), ventilador e carcaça				X				
7	Efetuar limpeza geral do equipamento, gabinete, serpentina e bandeja				X				
8	Verificar isolamento térmico do gabinete, dutos, tubulações e válvulas				X				
9	Eliminar pontos de ferrugem no(s) gabinete(s) e bandeja(s)						X		
10	Corrigir tampas soltas e vedação do gabinete, dutos, tubulações e válvulas				X				
11	Reapertar parafusos dos mancais e suportes						X		
12	Verificar temperatura e pressão de entrada/saída de água gelada						X		
13	Verificar temperatura e pressão de entrada/saída da água quente (se existir)						X		
14	Lavar as bandejas e serpentinas com remoção do biofilme (lodo), sem uso de produto desengraxante e corrosivo				X				
15	Manobrar cada registro e válvula do princípio ao fim do curso, voltando-o a posição original						X		
16	Verificar dreno e bandeja de condensação				X				
17	Verificar atuação da válvula motorizada para controle de vazão				X				
18	Inspecionar filtros de ar e eliminar sujeira, danos e corrosão				X				
19	Verificar e eliminar frestas nos filtros						X		
20	Verificar estado das conexões flexíveis dos dutos				X				
21	Verificar operações dos dampers e splitters				X				

22	Verificar se retorno do ar esta desobstruído				X			
23	Medir/registrar temperatura de insuflam. Retorno, ambiente e ar exterior (bulbo seco/úmido)					X		
24	Conferir regulagem termostato controle de temp. ambiente				X			
25	Limpar, lavar (quando recuperável) ou substituir (quando descartável) o elemento filtrante				X			
26	Verificar diferencial pressão entrada/saída de ar nos sistemas de filtragem						X	
27	Verificar e anotar tensões e desbalanceamento entre fases dos motor(es)				X			
28	Verificar e anotar corrente e desbalanceamento entre as fases dos motor(es)				X			
29	Medir e anotar isolamento ohmico do motor				X			
30	Verificar botoeiras, interruptores, lâmpadas e fusíveis						X	
31	Verificar reaperto dos terminais, parafusos e molas				X			
32	Verificar atuação do relé térmico				X			
33	Efetuar limpeza interna do quadro de comando				X			
34	Verificar aquecimento do motor				X			
35	Verificar estado das superfícies dos contatos das contadoras							X
36	Verificar aperto dos fusíveis e se são adequados				X			
37	Verificar funcionamento da resistência de aquecimento e umidificação (se existir)				X			
38	Verificar atuação do comando pneumático (se existir)				X			

D – diariamente

S – semanalmente

Q – quinzenalmente

M – mensalmente

B – bimestralmente

T – trimestralmente

ST – semestralmente

A – anualmente

## 17. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SERVIÇO

17.1 A prestação dos serviços será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante, devidamente designado como fiscal do contrato, de acordo com o previsto no Art. 67 da Lei 8.666/93.

17.2 A fiscalização será exercida pela contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa adjudicatária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e/ou prepostos.

17.3. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Fiscal de Contrato, por intermédio de servidor devidamente designado, cujas atribuições básicas são:

- a) solicitar à empresa contratada todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- b) emitir pareceres em todos os atos da empresa contratada relativos à execução do contrato, em especial na aplicação de sanções, alterações, prorrogações e rescisão do contrato; e
- c) quaisquer outras atribuições necessárias ao bom desempenho dos serviços.

17.4. Não obstante a empresa contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o Coren/MS reserva-se o direito de, sem qualquer forma de restrição à plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou servidor designado como gestor/fiscal do contrato, permitida a assistência de terceiros, podendo para isso:

17.4.1. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

17.4.2. Sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

17.5. Cabe à empresa contratada atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerente ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para o Coren/MS, não implicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, tampouco co-responsabilidade do Coren/MS ou de seus agentes e prepostos.

17.6. Após recebimento definitivo dos serviços, conforme previsto na cláusula 14.1.2. deste T.R., o gestor/fiscal do contrato deve instruir o processo de pagamento com a Nota Fiscal ou Fatura e os demais documentos comprobatórios da prestação dos serviços e encaminhar para o setor competente para pagamento.

17.6.1. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Edital.

17.6.2. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no § 4º do art. 3º da Instrução Normativa nº 2, de 11 de outubro de 2010.

## 18. DA CONCLUSÃO E TESTE DOS SERVIÇOS

18.1. Todos os serviços concluídos deverão ser testados pela Contratada, sob sua responsabilidade técnica e financeira, na presença do fiscal/gestor do contrato, ficando sua aceitação final condicionada ao bom desempenho dos equipamentos nos referidos testes.

## 19. DA SOLICITAÇÃO DOS SERVIÇOS

19.1. Os serviços, objeto deste Termo de Referência, deverão ser solicitados pelo fiscal/gestor do contrato através de nota de empenho (ordem de serviço, autorização de fornecimento), por mensagem eletrônica ou ofício que poderá ser enviado via fax, ou, em casos de urgência, através de contato telefônico.

## 20. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

20.1. Além das obrigações resultantes da aplicação das Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da Contratada consertar, reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, as peças utilizadas em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, e ainda:

20.1.1. Assumir integral responsabilidade pelos danos causados à Administração ou a terceiros, na prestação de serviços contratados, inclusive por acidentes, mortes, perdas ou destruições, isentando o Coren de todas e quaisquer reclamações cíveis, criminais ou trabalhistas que possam surgir, conforme o disposto nos artigos 70 e 71 da Lei 8.666/93;

20.1.2. Deverá manter o Coren a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do Contrato;

20.1.3. Manter devidamente limpos os locais onde se realizarem os serviços;

20.1.4. Refazer todo e qualquer serviço não aprovado pelo Contratante, sem qualquer ônus adicional para o Contratante;

20.1.5. Substituir qualquer empregado responsável pela execução dos serviços que, comprovadamente e por recomendação da fiscalização, causar embaraço a boa execução do Contrato;

20.1.6. Deverá manter os seus funcionários identificados com crachá;

20.1.7. Responsabilizar-se, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto desta contratação, tais como: salários, seguro contra acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale-transporte, vale-refeição e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

20.1.8. Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Contratante;

- 20.1.9. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais, previdenciários, trabalhistas e comerciais resultantes da adjudicação do instrumento contratual, respondendo também pelos acidentes de trabalho envolvendo seus empregados;
- 20.1.10. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em decorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências do Contratante.
- 20.1.11. Designar um Preposto, que será o responsável pelo tratamento junto ao Contratante, de todas as questões relacionadas à execução do objeto contratado;
- 20.1.12. Colocar à disposição do Contratante, telefone direto local, celular e e-mail para contato direto com o Preposto, para tratamento das questões relacionadas ao contrato;
- 20.1.13. Não transferir ou ceder, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes do contrato, salvo autorização expressa da Administração;
- 20.1.14. Emitir Relatório informando a hora de chegada e saída, bem como os serviços realizados nas manutenções preventiva e corretiva, que devem ser atestados pelo fiscal/gestor do contrato;
- 20.1.15. Executar qualquer manutenção programada que implique na interrupção do expediente da unidade, ou que interfira de maneira exagerada em seu expediente, em horário que não interfira no expediente normal, ou realizá-la nos fins de semana;
- 20.1.16. Responder por todos os materiais, equipamentos e ferramentas utilizadas na manutenção;
- 20.1.17. Permitir ao gestor contratual fiscalizar os serviços, objeto do presente, que estiverem sendo executados sob sua responsabilidade, com o poder de sustar, recusar, mandar desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as normas, especificações ou técnicas usuais e que atentem contra sua segurança ou a de terceiros, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a eventual falta de fiscalização do Coren, eximirá a empresa das responsabilidades decorrentes do contrato, correndo por conta da mesma todas as despesas em razão dos serviços a desfazer ou refazer;
- 20.1.18. Repor, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, qualquer objeto comprovadamente danificado ou extraviado por seus empregados;
- 20.1.19. Obedecer às normas técnicas para os sistemas de refrigeração, condicionamento de ar e ventilação – manutenção programada, da ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas – NBR 13971, de SET/1997 e suas respectivas alterações;
- 20.1.20. Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços, devendo os materiais e peças a serem empregados receber prévia aprovação do Contratante, que se reserva o direito de rejeitá-los, caso não satisfaçam aos padrões especificados;
- 20.1.21. Na execução dos serviços, a Contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:

- a) é vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301e H-2402;
- b) quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução;
- c) a SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente.

c.1) quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.

20.1.22. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual.

## 21. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

21.1. Além das obrigações resultantes da aplicação das Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações do Contratante:

- 21.1.1. Permitir acesso aos empregados da Contratada, devidamente identificados, às suas dependências para a execução do serviço;
- 21.1.2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitado pelo representante ou preposto da Contratada;
- 21.1.3. Efetuar o pagamento devido pela execução do (s) serviço (s), desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;
- 21.1.4. Exercer a Fiscalização dos serviços prestados, por servidores designados a esse fim;
- 21.1.5. Comunicar oficialmente à Contratada qualquer falha verificada na prestação do serviço e exigir sua correção;
- 21.1.6. Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos nas especificações técnicas e nas atribuições, solicitando à Contratada as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários;
- 21.1.7. Exigir certidão negativa de débitos para com a previdência – CND e para com o FGTS, caso não estejam regularizados junto ao Sicafe, ou qualquer outra documentação que

comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução do Contrato.

## 22. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

22.1. As licitantes deverão apresentar a seguinte documentação para fins de comprovação da qualificação técnica:

22.1.1. Ao menos um atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação de serviços compatíveis com o objeto deste instrumento convocatório. O atestado deverá ser emitido sem rasuras, acréscimos ou entrelinhas e deverá ser assinado por quem tenha competência para expedi-lo.

22.1.2. O registro ou inscrição da licitante (pessoa jurídica) no Conselho Regional da Engenharia e Agronomia – CREA relativo à sede da licitante;

22.1.3. A comprovação de que a empresa licitante possui um (1) profissional de nível superior, com formação nas áreas do Sistema CONFEA/CREA, que possua habilitação na área de engenharia mecânica.

22.1.3.1. A comprovação de que trata dos subitens anteriores deverá ser realizada mediante a apresentação de Certidão de Registro de Pessoa Física do profissional e também a Certidão de Registro de Pessoa Jurídica do proponente, emitidas pelo CREA de sua localidade, onde deverá constar o profissional como responsável técnico pela empresa licitante. Estes documentos deverão ter a sua validade em dia.

22.2. Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes Federal, Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual.

## 23. DA CONTRATAÇÃO

23.1. Para o serviço do objeto aqui especificado, o instrumento de contratação decorrente do Ato Convocatório será através de Termo de Contrato a ser firmado entre o Coren/MS e o licitante vencedor de acordo com o art. 58 e 62 da Lei 8.666/93.

23.2. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério da Administração de acordo com o art. 57, inc. II da Lei 8.666/93, e a publicação resumida do seu extrato no D.O.U. para sua eficácia fica a cargo da Administração.

23.3. Vincula-se ao Contrato, o Edital e seus anexos, o Termo de Referência e seus anexos, a Nota de Empenho referente ao Processo Licitatório nº. 035/2017/Coren/MS, bem como à proposta da licitante vencedora.

## 24. DAS ALTERAÇÕES

24.1. Durante a vigência contratual os preços registrados serão fixos e irrevogáveis e o contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, com a apresentação das devidas justificativas.

24.2. O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias em até 25% de acordo com o § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações, do valor inicial atualizado do contrato.

## 25. DA RESCISÃO

25.1. Constituem motivos incondicionais para a rescisão do contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79 da Lei n.º 8.666/93, inclusive com as consequências do artigo 80 da referida lei.

- a) No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.
- b) No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

## 26. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. A proponente que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o Contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta, fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e de contratar com o Coren, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e demais cominações legais.

26.2. Pela recusa em assinar o Contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após a regular convocação, o proponente poderá ser penalizado com multa no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado do Contrato, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no parágrafo anterior.

26.3. Nos casos de inadimplemento na prestação dos serviços, as ocorrências serão registradas pelo Contratante, que notificará a Contratada, atribuindo pontos para as ocorrências segundo a tabela abaixo:

Ocorrências	Pontos
Não atendimento do telefone fornecido pela Contratada para os contatos e	0,3

registro das ocorrências.	
Cobrança por serviços não prestados.	0,3
Cobrança fora do prazo estabelecido na regulamentação pertinente.	0,3
Cobrança de valores em desacordo com o contrato.	0,3
Não apresentar corretamente e/ou não respeitar o prazo mínimo de 10 dias úteis entre a data de entrega e a data de vencimento da fatura, para entrega física da Nota Fiscal dos serviços prestados no mês, que deverão conter todos os tributos e encargos, conforme preços contratados no processo licitatório.	0,3
Atraso na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pelo Contratante, para cada 24 horas de atraso	0,3
Deixar de informar e apresentar o preposto e seu substituto ao Contratante em caráter definitivo ou temporário	0,3
Interrupção da prestação dos serviços (para cada hora totalizada pela soma de interrupções), sem comunicação prévia e acordada com o Contratante.	1,0

26.4. A cada registro de ocorrência será apurado sempre o somatório da pontuação decorrente das ocorrências acumuladas no período de 12 (doze) meses anteriores ao fato gerador. Esta pontuação servirá como base para que o Contratante aplique as seguintes sanções administrativas, de modo que, atingindo o quantum necessário à configuração de uma sanção, esta será imediatamente aplicada, observado o processo administrativo:

Pontuação acumulada	Sanção
1 (um) ponto	Advertência
2 (dois) pontos	Advertência
3 (três) pontos	Multa correspondente a 2% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
4 (quatro) pontos	Multa correspondente a 4% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
5 (cinco) pontos	Multa correspondente a 6% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
6 (seis) pontos	Multa correspondente a 8% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
7 (sete) pontos	Multa correspondente a 10% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
8 (oito) pontos	Rescisão unilateral do Contrato

## 27. DO PAGAMENTO

27.1. A Nota Fiscal do (s) serviço (s) prestado (s) deverá ser remetida com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis em relação à data de seu vencimento, nela deverão constar todos os dados inclusive os dados bancários da proponente, mencionar se for optante pelo simples nacional, o número da nota de empenho e/ou contrato para que o Fiscal do Contrato possa realizar sua verificação e, não havendo problemas, emitir o Aceite Definitivo.

27.1.1. De acordo com art.5º da Lei n.8666/93, § 3º, os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24, sem prejuízo do que dispõe seu parágrafo único, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.

27.1.2. Junto com a Nota Fiscal, deverá apresentar a comprovação de regularidade junto ao Sistema da Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT) e se for optante pelo simples apresentar declaração conforme anexo II do Termo de Referência, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

27.1.3. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

27.2. O pagamento será de forma mensal, pelo serviço totalmente prestado, através de boleto/bloqueto bancário, ou depósito em conta no nome da Contratada.

27.2. Sendo identificada cobrança indevida, os fatos serão informados à Contratada, e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida.

27.3. O aceite dos serviços prestados por força desta contratação será feito mediante ateste das Notas Fiscais, correspondendo tão somente aos serviços efetivamente prestados.

27.4. Em hipótese alguma serão pagos serviços não utilizados.

27.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, por culpa do Contratante, o valor devido será atualizado financeiramente desde a data de vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = \frac{TX}{100} \times \frac{N}{365}$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

27.6. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos e submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

27.7. A Contratada deverá obedecer aos ditames estabelecidos pelo Decreto n.6.306/2007 que trata do Imposto sobre Ações Financeiras (IOF).

27.8. Os pagamentos a serem efetuados em favor da contratada estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos, quando couber:

- a) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;
- b) Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e
- c) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação municipal.

## 28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1. O valor final para o cumprimento do objeto do presente Termo será definido após Cotação Prévia de Preços a ser feita na forma das normas vigentes, em especial a IN SEGES/MPDG nº 03/2017.

28.2. O Contratante se reserva no direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução dos serviços, mediante pagamento único e exclusivo dos trabalhos já executados, por ajuste entre as partes interessadas, dos materiais existentes no local dos serviços, e a ele destinados.

28.3. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## 29. DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

- 29.1. ANEXO I: Modelo de Proposta;
- 29.2. ANEXO II: Declaração optante pelo simples nacional;
- 29.3. Anexo III: Planilha de Valores Máximos estimados para contratação.
- 29.4. Anexo IV – Termo de Vistoria.
- 29.5. Anexo V – Declaração de Renúncia de Vistoria

Campo Grande, 20 de março de 2018.

***Elaborado por:***

---

*Ismael Pereira dos Santos*  
Presidente da CPL  
Portaria Coren/MS nº. 270/2017

---

Francisco de Souza Rosa  
Área Requisitante

**Aprovo o presente Termo de Referência conforme proposto e de acordo com o artigo 7º, §2º, inciso I, da Lei de Licitações e Contratos:**

---

Autoridade Competente

**ANEXO I - DO TERMO DE REFERÊNCIA**

Modelo de Proposta de Preço

Processo nº. 035/2017

NOME DA EMPRESA: \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_\_

1. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestar serviço de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento e substituição de peças, componentes e acessórios por outros novos e originais, *sem ônus* adicional para o Contratante, em aparelhos de ar condicionado que compõem o sistema de climatização do prédio da sede do Conselho Regional de Enfermagem do Mato Grosso do Sul – Coren/MS e da sua unidade jurisdicionada em Dourados/MS, de acordo com as especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

2. Dos Serviços:

2.1. Conforme as cláusulas 9, 10, 11 e 16 do Termo de Referência.

3. Dos valores:

<b>EQUIPAMENTOS QUE ESTÃO NA SEDE EM CAMPO GRANDE/MS</b>							
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNI</b>	<b>QTDE</b>	<b>Período</b>	<b>VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$)</b>	<b>VALOR TOTAL MENSAL (R\$)</b>	<b>VALOR TOTAL PARA 12 MESES (R\$)</b>
1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em <b>Condicionador de Ar Split</b> ( dois Carrier 9.000 BTUS e um 12.000 BTU.	Uni.	3	12 meses			
2	Serviço de manutenção preventiva e corretiva <b>Condicionador de ar de janela</b> (Consul 10.000 BTU, Silentia 12.000 BTU, Wall	Uni	3	12 meses			

	Carrier 12.000 BTU						
3	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em <b>Ar condicionado Split</b> (Elgin Split 36.000 BTU)	Uni	6	12 meses			
4	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em <b>Ar condicionado Split</b> (Elgin 24.000 BTU e Midea 30.000 BTU)	Uni	2	12 meses			
<b>EQUIPAMENTOS QUE ESTÃO NA SUBSEÇÃO EM DOURADOS/MS</b>							
5	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em <b>Condicionador de Ar Split</b> ( dois LG 12.000 BTU e um LG 9.000 BTUS). Cidade de Dourados/MS.	Uni.	3	12 meses			
<b>VALOR TOTAL R\$</b>							

**4. Declaro** que nos preços cotados e que vigorarão no contrato incluem todos os custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços, o fornecimento da mão-de-obra, materiais, peças, ferramentas, equipamentos, utensílios e demais atividades correlatas necessárias para a perfeita execução do objeto solicitado inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outras despesas e encargos, constituindo, a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita prestação e entrega dos serviços, de modo que nenhuma outra remuneração será devida, a qualquer título, descartada qualquer hipótese de responsabilidade solidária pelo pagamento de toda e qualquer despesa, direta ou indiretamente relacionada com a prestação dos serviços.

**VALOR TOTAL DA PROPOSTA (por extenso):**  
R\$ \_\_\_\_\_

**VALIDADE DA PROPOSTA (mínimo noventa dias)** \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

## 5. DADOS

**5.1. Caso sejamos a proposta vencedora e transcorridos todos os trâmites legais desta licitação, comprometemo-nos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação e, para esse fim, fornecemos os seguintes dados:**

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ I.E. \_\_\_\_\_ I.M. \_\_\_\_\_

Endereço eletrônico (e-mail): \_\_\_\_\_

Tel/Fax: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ Banco: \_\_\_\_\_

Agência: \_\_\_\_\_ C/C: \_\_\_\_\_

**Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:**

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Cargo/Função: \_\_\_\_\_

Carteira de identificação nº: \_\_\_\_\_ Expedido por: \_\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_

Nacionalidade: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura

**ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
Processo n.º 035/2017

**DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE DO  
INCISO XI DO ART. 4º**

**(REDAÇÃO DADA PELO (A) INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 30 DE  
JANEIRO DE 2012)**

Ilmo. Sr.

(pessoa jurídica pagadora)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº.....  
DECLARA à (nome da pessoa jurídica pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data.....

Assinatura do Responsável

**ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA - PAL nº. 035/2017**  
**VALORES MÁXIMOS ESTIMADOS PARA CONTRATAÇÃO**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNI	QTDE	Período	VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL PARA 12 MESES (R\$)
1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em <b>Condicionador de Ar Split</b> ( dois Carrier de 9.000 BTUS e um de 12.000 BTU.	Uni.	3	12 meses			
2	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em <b>Condicionador de ar de janela</b> (um de 10.000 BTU e dois de 12.000 BTU)	Uni	3	12 meses			
3	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em <b>Ar condicionado Split</b> (Elgin Split 36.000 BTU)	Uni	6	12 meses			
4	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em <b>Ar condicionado Split</b> (Elgin 24.000 BTU e Midea 30.000 BTU).	Uni	2	12 meses			
5	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em <b>Condicionador de Ar Split</b> ( dois LG 12.000 BTU e um 9.000 BTUS). Na cidade de Dourados/MS.	Uni.	3	12 meses			

**OBS: NÃO SERÃO ACEITOS VALORES ACIMA DO ESTIMADO NESTA PLANILHA**

**ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA**

Processo 033/2017

**TERMO DE VISTORIA**

Ref: Pregão nº \_\_\_/2018 – COREN/MS

Atesto que a empresa (Nome do licitante) \_\_\_\_\_,  
CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada no endereço (endereço completo)  
\_\_\_\_\_, por meio de seu representante legal o (a) Sr (a)  
\_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº  
\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, VISITOU o local dos serviços citados no Termo de  
Referência do Processo 035/2017/COREN-MS, Pregão Eletrônico nº \_\_\_/2018, ITEM (NS)  
\_\_\_\_\_, tomando conhecimento de todas as informações e das condições locais para o  
cumprimento das obrigações deste processo licitatório.

Campo Grande/MS \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
nome do representante da empresa: \_\_\_\_\_

Número da identidade: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Nome

número da identidade do declarante

ANEXO V DO TERMO DE REFERÊNCIA

Processo 035/2017

(MODELO)

(Timbre da Empresa)

DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA DE VISTORIA

Ref: Pregão nº \_\_\_\_/2018 – COREN/MS

A \_\_\_\_\_ (nome da empresa), CNPJ nº \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ sediada  
\_\_\_\_\_ (rua/avenida, bairro,  
cidade, estado) telefone ( ), \_\_\_\_\_ FAX ( ) \_\_\_\_\_, e-mail  
\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado,

**DECLARAMOS** expressamente que:

**a)** renunciamos ao direito de realizar a vistoria prevista no Termo de Referência do Processo 035/2017/COREN-MS, **Pregão nº \_\_\_\_/2018**, referente ao (s) item (ns) \_\_\_\_\_.

**b)** assumimos inteiramente a responsabilidade ou consequências por essa renúncia, mantendo as garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório, em nome da empresa que represento.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Nome do Declarante: \_\_\_\_\_

Cargo do Declarante: \_\_\_\_\_

Carteira de Identidade nº: \_\_\_\_\_

Órgão Expedidor: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(assinatura do Declarante)